



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 02 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COSEG/SMCST**1. INTRODUÇÃO**

1.1. O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços de desinsetização, descupinização e desratização justifica-se em decorrência da prevenção e combate à proliferação de ratos, traças, cupins, baratas, formigas, percevejos, escorpiões, aranhas, pernilongos, e outros insetos e roedores, sejam eles rasteiros ou voadores, definidos pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, como pragas urbanas, no âmbito dos edifícios sede e anexo do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Cartórios e Postos Eleitorais, Almoxarifados e Depósitos, contribuindo não somente para o controle ambiental de tais pragas; mas também para a conservação de mobiliário, arquivos documentais, mercadorias, produtos e saúde de servidores, colaboradores e usuários desses ambientes.

2.2. O TRE/ES não possui em seu quadro/estrutura, recursos humanos e materiais para executar os serviços objeto dessa contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A prestação dos serviços de desinsetização e desratização compreende o fornecimento de mão-de-obra e quaisquer insumos, materiais ou equipamentos necessários à execução do objeto. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma de execução de serviços a ser elaborado em conjunto pela Contratante e Contratada.

3.2. Para a prestação dos serviços, a empresa deverá comprovar:

- Que possui os requisitos de licenciamento junto às autoridades sanitária e ambiental competentes, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;
- Que possui responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, com registro do profissional junto ao respectivo conselho, em atendimento às exigências estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010;
- Que os serviços deverão ser prestados em conformidade com os requisitos definidos na Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, com as devidas alterações da Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010, destacando-se as metodologias

direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos

3.3. Práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada – Com as exigências das licenças ambientais fornecidas por Órgãos Ambientais e utilização de produtos químicos com registro na ANVISA.

3.3.1. A Contratada é obrigada a efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos agrotóxicos e afins para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo das empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, ou de posto de recebimento ou centro de recolhimento licenciado e credenciado, observadas as instruções constantes dos rótulos e das bulas, conforme artigo 33, inciso I, da Lei nº 12.305, de 2010, artigo 53 do Decreto nº 4.074, de 2002, e legislação correlata.

3.3.2. A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos;

3.3.3. Os produtos utilizados deverão ter as seguintes características: não causarem manchas; serem antialérgicos; tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação; serem inofensivos à saúde humana; estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Portaria 10/85 e suas atualizações, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Saúde; não danificarem ou causarem a morte das plantas dos canteiros, árvores e gramados. Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas anteriormente, deverão ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente;

3.3.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

3.4. O contrato deverá ter duração até 31/12/2022.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

4.1. Na sede do TRE-ES (composta pelos edifícios sede e anexo): 03 (três) aplicações.

4.2. Nos Postos Eleitorais, Cartórios Eleitorais, Almoxarifado e Depósitos de Urnas: 01 (uma) aplicação em cada um dos imóveis.

5. ANÁLISE DO MERCADO

5.1. Diversas empresas podem prestar o serviço, por se tratar de serviço comum, disponível no mercado. A solução utilizada para suprir as necessidades da Administração foi escolhida a partir das contratações anteriores do próprio TRE/ES, com a utilização de técnicas que atendam às necessidades dos serviços, utilizando-se, sempre que possível, critérios e práticas de sustentabilidade e que estejam de acordo com a Resolução da ANVISA – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, e suas alterações (Resolução ANVISA – RDC nº 20, de 12 de maio de 2010).

6. PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

6.1. A contratação dos serviços de controle de pragas e vetores urbanos, que compreende a desinsetização, desratização e descupinização deverá ser realizada em lote único, por valor global, com base no princípio da economicidade, em razão de que:

- Os serviços são todos compreendidos pelo mercado como “dedetização”, sendo ofertados por toda empresa especializada nesse tipo de serviço;
- Os três serviços podem ser realizados em um único dia, se forem contratados por uma mesma empresa, o que provavelmente não será possível se mais de uma prestadora desse serviço for contratada;
- O preço do serviço contratado tende a diminuir se uma única empresa for contratada, uma vez que os custos de deslocamento para a execução do serviço em todo o Estado serão embutidos apenas uma vez, para os três serviços;
- Considerando a toxicidade dos serviços em questão, o que implica no fechamento dos Cartórios no dia da execução dos mesmos, é vantagem para esta administração que a execução dos três itens seja realizada em apenas um dia de expediente, pois evita a interrupção das atividades cartorárias, por mais de uma vez, por motivo de dedetização.

7. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Andressa Maria Brunoro Grillo - Fiscal da atual contratação
- Alkindar da Silva Spala - Chefe da Seção de Manutenção, Conservação, Segurança e Transporte
- Antônio Brasil Maia Filho - Coordenador de Serviços Gerais

Em 10 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO BRASIL MAIA FILHO, Coordenador(a)**, em 17/06/2021, às 15:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRESSA MARIA BRUNORO GRILLO, Analista Judiciário**, em 20/06/2021, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALKINDAR DA SILVA SPALA, Técnico Judiciário**, em 21/06/2021, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0577734** e o código CRC **A653E53A**.